



PERFIL GÊNERO SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE JUNHO 2021

Fortalecimento das estratégias de integração de gênero
Delegação da União Europeia ao Gabão para São Tomé e Príncipe

Índice

Abreviações

Introdução

Resumo

Tabela 1 ODS / SDG 2020

Tabela 2 Índice de gênero SIGI 2019

1 Contexto país

1.1 Contexto geográfico e socioeconômico

1.2 Contexto demográfico

2.Marco legal

2.1 Nível internacional

2.2 Nível nacional

3 Análise do setor de igualdade de gênero

3.1 Mulheres e o mercado de trabalho

3.2 Mulheres em áreas rurais

3.3 Mulheres e saúde

3.4 Mulheres e educação

3.5 Mulheres e política

3.6 Violência de gênero e Violência doméstica

4 Bibliografia

Abreviações

CACVD	Centro de aconselhamento contra a violência domestica
CEDAW	Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
ENIEG	Estratégia nacional para Igualdade e Equidade de Género
ENLCVBG	Estratégia nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPG	Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade do Género
MICS	Inquérito aos indicadores múltiplos
NU	Nações Unidas
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development / Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e da Habitação
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
VBG	Violência Baseada no Género

Introdução

Esta análise apresenta a situação das mulheres em São Tomé e Príncipe e o nível de desigualdade de gênero. Serão tratados os níveis jurídico, econômico e sociocultural.

A igualdade de gênero é um valor fundamental e uma prioridade política da UE em todas as áreas. Uma análise de gênero é um elemento fundamental para orientar o apoio da UE à promoção da igualdade de gênero nas ações externas da UE. Fornece os dados e informações necessários para integrar a perspectiva de gênero em políticas, programas e projetos.

Em novembro de 2020, o Conselho da UE adotou o novo plano de ação, o GAP III para a igualdade entre homens e mulheres para o período 2020-2024. Com base na experiência dos dois primeiros planos de ação (GAP I de 2010-2015 e GAP II 2016-2020) e orientado pelos resultados da avaliação finalizada em 2015 e em 2020, o GAP III (2020-2025) visa a concretizar o trabalho da UE e dos Estados-Membros de forma mais eficaz e coordenado em matéria de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

De acordo com o GAP III, todas as delegações da UE são convidadas a realizar uma análise sobre a igualdade de gênero a nível sectorial, nacional ou de projeto, com vista a fornecer informações sólidas para melhorar a formulação de políticas sensíveis ao gênero, bem como ações específicas e estratégicas para cumprir os compromissos políticos da UE em matéria de gênero. Isso é necessário para cumprir seu compromisso de adotar uma abordagem de integração de gênero em todas as ações e diálogos externos. A análise de gênero será incluída no exercício de programação da UE 2021-2027 e será a pedra angular da implementação do GAP III. Apoiará também a preparação do Plano Nacional de Implementação (CLIP), que define as prioridades, objetivos chave e ações do GAP III em cada país.

Resumo

STP realizou alguns progressos¹ na promoção da igualdade de género no domínio da educação (paridade de frequência entre homens e mulheres jovens no ensino básico), melhoria das condições de saúde da população em geral, das mulheres e dos jovens em particular, melhoria do quadro jurídico, entre outros aspetos. No domínio económico, verificou-se que, não obstante o facto de as mulheres ser mais ativas, sobretudo no setor informal, o seu fraco poder económico permanece constante, segundo o perfil da pobreza realizado em 2010. Nesse sentido, um dos desafios para o desenvolvimento é que os homens e as mulheres beneficiem equitativamente de condições e oportunidades favoráveis para alcançar a sua autonomia.

Apenas 22,5% dos indicadores necessários para monitorar os ODS de uma perspectiva de género estão disponíveis, com lacunas em áreas-chave como assistência não remunerada e trabalho doméstico, indicadores-chave do mercado de trabalho, como taxa de desemprego e disparidades salariais de género e habilidades em tecnologia da informação e comunicação².

Além disso, muitas áreas como género e população, acesso das mulheres a bens, incluindo terra, assédio físico e sexual, género e meio ambiente, atualmente carecem de metodologias comparáveis para monitoramento abrangente e periódico.

¹ Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género 2013-2017

² UN Women Country Fact Sheet STP

Tabela 1: ODS / SDG 2020



SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

Performance by Indicator

SDG1 – No Poverty				SDG9 – Industry, Innovation and Infrastructure			
Indicator	Value	Year	Rating Trend	Indicator	Value	Year	Rating Trend
Poverty headcount ratio at \$1.90/day (%)	18.7	2020	● ↓	Population using the Internet (%)	29.9	2017	● ↑
Poverty headcount ratio at \$3.20/day (%)	50.2	2020	● →	Mobile broadband subscriptions (per 100 population)	33.5	2018	● ↑
SDG2 – Zero Hunger				Logistics Performance Index: Quality of trade and transport-related infrastructure (worst 1–5 best)	2.3	2018	● ↓
Prevalence of undernourishment (%)	7.0	2017	● ↑	The Times Higher Education Universities Ranking: Average score of top 3 universities (worst 0–100 best)	0.0	2020	● ●
Prevalence of stunting in children under 5 years of age (%)	17.2	2014	● ↑	Scientific and technical journal articles (per 1,000 population)	0.0	2018	● ↓
Prevalence of wasting in children under 5 years of age (%)	4.0	2014	● ↑	Expenditure on research and development (% of GDP)	NA	NA	● ●
Prevalence of obesity, BMI ≥ 30 (% of adult population)	12.4	2016	● ↓	SDG10 – Reduced Inequalities			
Human Trophic Level (best 2–3 worst)	2.1	2017	● ↑	Gini coefficient adjusted for top income	44.1	2010	● ●
Cereal yield (tonnes per hectare of harvested land)	2.1	2017	● ↓	SDG11 – Sustainable Cities and Communities			
Sustainable Nitrogen Management Index (best 0–1.41 worst)	1.1	2015	● ↓	Annual mean concentration of particulate matter of less than 2.5 microns in diameter (PM2.5) (µg/m³)	28.5	2017	● ↓
SDG3 – Good Health and Well-Being				Access to improved water source, piped (% of urban population)	98.5	2017	● ↑
Maternal mortality rate (per 100,000 live births)	130	2017	● →	Satisfaction with public transport (%)	NA	NA	● ●
Neonatal mortality rate (per 1,000 live births)	14.0	2018	● ↑	SDG12 – Responsible Consumption and Production			
Mortality rate, under-5 (per 1,000 live births)	31.2	2018	● ↑	Municipal solid waste (kg/capita/day)	0.5	2014	● ●
Incidence of tuberculosis (per 100,000 population)	124.0	2018	● ↑	Electronic waste (kg/capita)	1.2	2016	● ●
New HIV infections (per 1,000 uninfected population)	0.1	2018	● ↑	Production-based SO ₂ emissions (kg/capita)	489.3	2012	● ●
Age-standardized death rate due to cardiovascular disease, cancer, diabetes, or chronic respiratory disease in adults aged 30–70 years (%)	18.5	2016	● →	SO ₂ emissions embodied in imports (kg/capita)	5.1	2012	● ●
Age-standardized death rate attributable to household air pollution and ambient air pollution (per 100,000 population)	162	2016	● ●	Production-based nitrogen emissions (kg/capita)	9.5	2010	● ●
Traffic deaths (per 100,000 population)	27.5	2016	● ↓	Nitrogen emissions embodied in imports (kg/capita)	2.3	2010	● ●
Life expectancy at birth (years)	68.7	2016	● →	SDG13 – Climate Action			
Adolescent fertility rate (births per 1,000 adolescent females aged 15 to 19)	94.6	2017	● →	Energy-related CO ₂ emissions (tCO ₂ /capita)	0.7	2017	● ↑
Births attended by skilled health personnel (%)	92.5	2014	● ●	CO ₂ emissions embodied in imports (tCO ₂ /capita)	0.2	2015	● ↑
Percentage of surviving infants who received 2 WHO-recommended vaccines (%)	95	2018	● ↑	CO ₂ emissions embodied in fossil fuel exports (kg/capita)	0.0	2018	● ●
Universal health coverage (UHC) index of service coverage (worst 0–100 best)	55.0	2017	● →	SDG14 – Life Below Water			
Subjective well-being (average ladder score, worst 0–10 best)	NA	NA	● ●	Mean area that is protected in marine sites important to biodiversity (%)	86.4	2018	● ↑
SDG4 – Quality Education				Ocean Health Index: Clean Waters score (worst 0–100 best)	57.8	2019	● →
Net primary enrollment rate (%)	93.1	2017	● ↑	Fish caught from overexploited or collapsed stocks (% of total catch)	8.6	2014	● ↑
Lower secondary completion rate (%)	73.5	2017	● ↓	Fish caught by trawling (%)	2.1	2014	● ↑
Literacy rate (% of population aged 15 to 24)	97.8	2018	● ●	Marine biodiversity threats embodied in imports (per million population)	0.0	2018	● ●
SDG5 – Gender Equality				SDG15 – Life on Land			
Demand for family planning satisfied by modern methods (% of females aged 15 to 49 who are married or in unions)	52.2	2014	● ↓	Mean area that is protected in terrestrial sites important to biodiversity (%)	76.3	2018	● ↑
Ratio of female-to-male mean years of education received (%)	79.2	2018	● ↓	Mean area that is protected in freshwater sites important to biodiversity (%)	39.8	2018	● →
Ratio of female-to-male labor force participation rate (%)	56.8	2019	● →	Red List Index of species survival (worst 0–1 best)	0.8	2019	● ↓
Seats held by women in national parliament (%)	14.6	2020	● ↓	Permanent deforestation (% of forest area, 5-year average)	NA	NA	● ●
SDG6 – Clean Water and Sanitation				Terrestrial and freshwater biodiversity threats embodied in imports (per million population)	0.1	2018	● ●
Population using at least basic drinking water services (%)	84.3	2017	● →	SDG16 – Peace, Justice and Strong Institutions			
Population using at least basic sanitation services (%)	43.0	2017	● →	Homicides (per 100,000 population)	3.4	2011	● ●
Freshwater withdrawal (% of available freshwater resources)	1.9	2015	● ●	Unserved detainees (% of prison population)	33.2	2018	● ↓
Anthropogenic wastewater that receives treatment (%)	0.2	2018	● ●	Percentage of population who feel safe walking alone at night in the city or area where they live (%)	NA	NA	● ●
Scarce water consumption embodied in imports (m³/capita)	4.9	2013	● ↑	Property Rights (worst 1–7 best)	NA	NA	● ●
SDG7 – Affordable and Clean Energy				Birth registrations with civil authority (% of children under age 5)	95.2	2018	● ●
Population with access to electricity (%)	72.5	2017	● ↓	Corruption Perception Index (worst 0–100 best)	46	2019	● ↓
Population with access to clean fuels and technology for cooking (%)	16.8	2016	● ↓	Children involved in child labor (% of population aged 5 to 14)	26.0	2016	● ●
CO ₂ emissions from fuel combustion for electricity and heating per total electricity output (MCO ₂ /TWh)	NA	NA	● ●	Exports of major conventional weapons (TIV constant million USD per 100,000 population)	0.0	2019	● ●
SDG8 – Decent Work and Economic Growth				Press Freedom Index (best 0–100 worst)	NA	NA	● ●
Adjusted GDP growth (%)	–4.3	2018	● ●	SDG17 – Partnerships for the Goals			
Victims of modern slavery (per 1,000 population)	NA	NA	● ●	Government spending on health and education (% of GDP)	7.6	2016	● ↓
Adults with an account at a bank or other financial institution or with a mobile-money-service provider (% of population aged 15 or over)	NA	NA	● ●	For high-income and all OECD DAC countries: International concessional public finance, including official development assistance (% of GNI)	NA	NA	● ●
Unemployment rate (% of total labor force)	13.4	2019	● →	Other countries: Government revenue excluding grants (% of GDP)	14.5	2018	● ↓
Fatal work-related accidents embodied in imports (per 100,000 population)	0.3	2010	● ↑	Corporate Tax Haven Score (best 0–100 worst)	0.0	2019	● ↓

* Imputed data point

Tabela 2 Índice de gênero SIGI 2019

O Índice das Instituições Sociais e Igualdade de Gênero (Social Institution and Gender Index SIGI) do Centro de Desenvolvimento da OCDE mede a discriminação contra as mulheres nas instituições sociais em 180 países. Tendo em consideração leis, normas e práticas sociais, o SIGI captura os fatores subjacentes à desigualdade de gênero com o objetivo de fornecer os dados necessários para uma mudança política transformadora. O SIGI é também uma das fontes de dados oficiais para o monitoramento do ODS 5.1.1 "Indicador 5.1.1: Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo".

 		
www.genderindex.org		
Country	Sao Tome and Principe	
SIGI 2019 Category	N/A	
SIGI Value 2019	N/A	
Discrimination in the family		16%
	Legal framework on child marriage	50%
	Percentage of girls under 18 married	19%
	Legal framework on household responsibilities	25%
	Proportion of the population declaring that children will suffer if mothers are working outside home for a pay	-
	Female to male ratio of time spent on unpaid care work	-
	Legal framework on inheritance	0%
	Legal framework on divorce	0%
Restricted physical integrity		14%
	Legal framework on violence against women	50%
	Proportion of the female population justifying domestic violence	19%
	Prevalence of domestic violence against women (lifetime)	28%
	Sex ratio at birth (natural =105)	105
	Legal framework on reproductive rights	0%
	Female population with unmet needs for family planning	34%

Fortalecimento das estratégias de integração de gênero
Delegação da União Europeia ao Gabão para São Tomé e Príncipe

Restricted access to productive and financial resources		N/A
	Legal framework on working rights	100%
	Proportion of the population declaring this is not acceptable for a woman in their family to work outside home for a pay	-
	Share of managers (male)	76%
	Legal framework on access to non-land assets	0%
	Share of house owners (male)	-
	Legal framework on access to land assets	0%
	Share of agricultural land holders (male)	-
	Legal framework on access to financial services	50%
	Share of account holders (male)	-

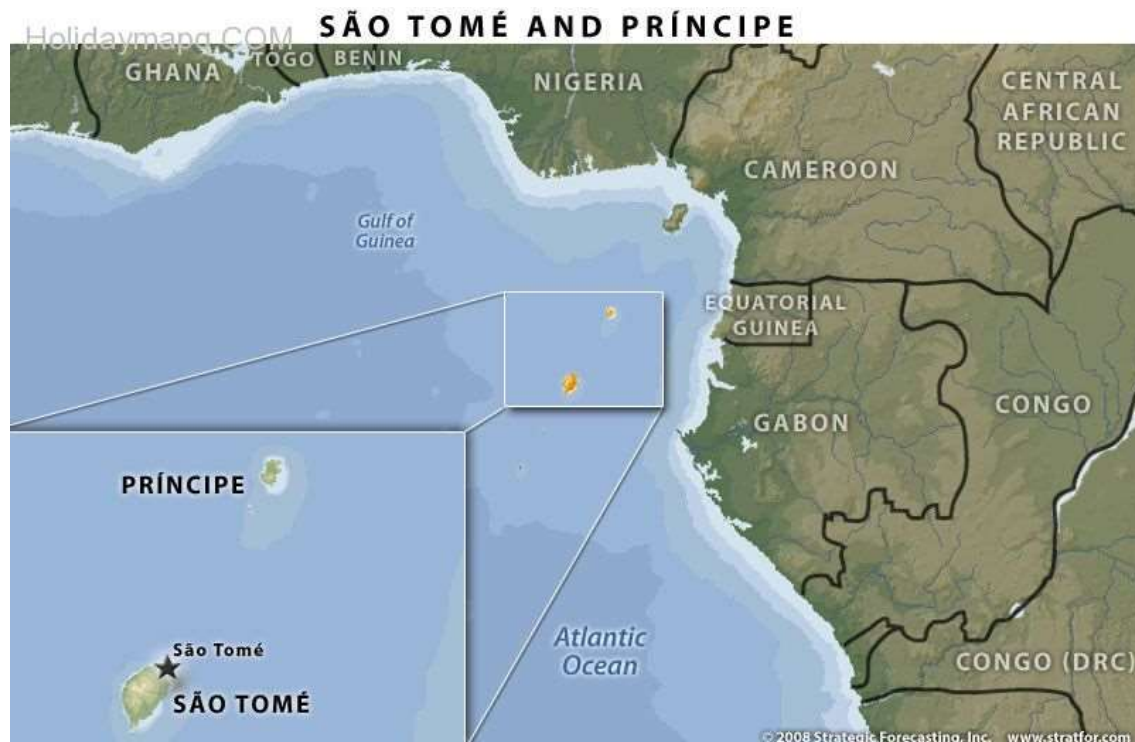
Restricted civil liberties		N/A
	Legal framework on civil rights	0%
	Legal framework on freedom of movement	0%
	Percentage of women in the total number of persons not feeling safe walking alone at night	-
	Legal framework on political participation	50%
	Share of the population that believes men are better political leaders than women	-
	Percentage of male MP's	82%
	Legal framework on access to justice	25%
	Share of women declaring lack of confidence in the justice system	-

Note: Higher values indicate higher inequality. Percentages range from 0 to 100, while legal variables are categorised as 0%, 25%, 50%, 75% or 100%. See data source [here](#).

Source: OECD (2019), Gender, Institutions and Development Database, <https://oe.cd/ds/GIDDB2019>.

1 Contexto país

1.1 Contexto geográfico e socioeconômico



A República de São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno estado insular e em desenvolvimento, de rendimento médio baixo, com uma economia frágil. É altamente vulnerável a choques exógenos. Um arquipélago dividido em seis distritos e a Região Autónoma do Príncipe, está situado no Golfo da Guiné, a 350 km da costa ocidental de África. Com uma superfície de 1.001 km², este país de língua portuguesa tem uma população de 197.700 habitantes³, dos quais 50,5% mulheres, e um Produto Nacional Bruto (PNB) per capita de US\$1.960 em 2019.

³ INE 2017

Os resultados das eleições de 7 de outubro de 2018 reforçaram a noção de que São Tomé e Príncipe é um modelo de alternância democrática na África Central. O Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrático (MLSTP-PSD) lidera agora o governo, graças a um acordo pós-eleitoral com a coligação PCD-MDFM-UDD, que lhes dá a maioria no parlamento.

A Assembleia Nacional tem 55 lugares, dos quais 25 são atualmente detidos pelo Partido da Ação Democrática Independente (ADI), 23 pelo MLSTP-PSD, cinco pela coligação PCD-MDFM-UDDD e dois pelo Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe (MCISTP).

Apesar de algumas questões metodológicas, existe um consenso de que a incidência da pobreza não mudou significativamente entre os dois últimos inquéritos aos agregados familiares (2000 e 2010). Estimativas recentes do Banco Mundial mostram que cerca de um terço da população vive com menos de US\$1,90 por dia, abaixo da linha internacional de pobreza, e que mais de dois terços da população é pobre, utilizando a linha de pobreza mais elevada do Banco Mundial de US\$3,20 por dia. As áreas urbanas e bairros do Sul, como Caué e Lembá, têm níveis mais elevados de incidência da pobreza.

STP tem um desempenho superior à média da África Subsaariana no índice de Desenvolvimento Humano do PNUD e tem feito progressos no melhoramento de outros indicadores sociais. Tem uma taxa bruta de matrícula no ensino primário de 110%, uma esperança de vida de 66 anos, uma taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos de 51 por cada 1.000 nados vivos, acesso a uma fonte de água melhorada para 97% da população, e acesso à eletricidade para 60% da população. Segundo o relatório de desenvolvimento humano de 2019 das NU, STP é considerado um país de desenvolvimento médio, tem um IDH em 2018 de 0,609, o que o coloca na 137ª posição num grupo de 189 estados-membros das NU.

Economia

STP enfrenta desafios que são típicos de estados pequenos e insulares e que afetam a sua capacidade de lidar com choques e de ter um orçamento equilibrado. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país impede muitas vezes uma produção eficiente de bens

e serviços à escala necessária para satisfazer a procura dos mercados locais e de exportação. A sua localização distante e a sua insularidade aumentam os custos da exportação, e a disponibilidade limitada de terras e a reduzida mão-de-obra impedem o país de diversificar a sua economia, tornando-o mais vulnerável aos choques dos termos de comercialização. A indivisibilidade na produção de bens públicos, e a dificuldade de prestar serviços a uma população dispersa implicam um alto custo dos bens públicos e um elevado nível de despesas públicas.

STP tem crescido impulsionado pela agricultura, pelo turismo, pelo investimento estrangeiro direto alimentado pelo petróleo, mas principalmente pelas despesas governamentais impulsionadas pela ajuda externa e empréstimos governamentais. A pandemia afetou gravemente a economia de STP, principalmente através de perdas na indústria do turismo. A sua economia foi atingida por uma queda quase total na entrada de turistas estrangeiros desde o início de março. A indústria do turismo, que tem sido um motor de crescimento do sector privado nos últimos anos e é responsável por uma grande parte do emprego formal, parou totalmente, resultando numa perda de rendimentos da mão-de-obra, de divisas e de receitas fiscais. Embora antes da pandemia da COVID-19, se esperasse que o crescimento de STP tivesse uma recuperação modesta em 2020, prevê-se agora que as perturbações causadas pela pandemia resultem numa contração do PIB de 9,5% em 2020, que será a primeira recessão de STP desde 1990.

1.2. Contexto demográfico

Em STP, a maioria da população vive em agregados onde o chefe obteve alguma educação, incluindo a conclusão do ensino primário. O ensino primário compreende os primeiros seis anos de escolaridade em STP. Cerca de 57.2% das famílias no país têm um chefe que obteve escolaridade, alguma educação formal ou educação primaria. Apenas 36.5% das famílias têm um chefe que concluiu a escolaridade dos 7 aos 12 anos de estudo, e outros 6,3% dos agregados familiares têm um chefe com ensino superior. Evidentemente, a transição para o ensino secundário é muito baixa, e muito menor para o ensino superior.

33,7% dos agregados familiares são chefiados por uma mulher em contraposição a 66,2% chefiados por homens. A taxa de pobreza entre os agregados familiares chefiados por

homens é de 55,8%, em comparação com 61,6% entre os chefiados por mulheres. Cerca de 45% das mulheres que são chefes de família estão desempregadas ou fora da força de trabalho. Outros 43% trabalham no sector terciário.

2. Marco legal

2.1 Nível internacional

Em 1995 STP adotou a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing, acedeu em 1991 a Convenção sobre os Direitos da Criança e em 2003 a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). Em 2017 aderiu ao Protocolo Facultativo da CEDAW.

Em 2006, apos a ratificação da CEDAW, a Assembleia Nacional adotou a Resolução 24/VIII/06 que condena o recurso a qualquer forma de violência doméstica na resolução de conflitos entre membros de família ou grupo de pessoas.

O reforço do compromisso do país no combate à VBG, sobretudo contra as mulheres foi igualmente expresso com a ratificação, em 2019, do Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os direitos das Mulheres na Africa.

2.2 Nível nacional

A Constituição da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe consagra que a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida politica, económica, social e cultural (art. 15º nº2). O pais tem vindo a fazer um percurso em que reconhece que as disparidades entre mulheres e homens são negativas para o seu desenvolvimento. Por forma a poder corrigi-las, tem procurado afinar o conhecimento sobre essas disparidades: por exemplo, o Inquérito ao Orçamento Familiar e o Recenseamento Geral da População e Habitação incluem dados desagregados por sexo. As principais vias de recurso estão previstas na Constituição e em diplomas específicos, mormente a Lei 19/2009 – Código de Processo Penal, a Lei 6/2012 – Código Penal, Código Civil, Lei 5/74, Leis nº 11 e 12/2008 da Violência Doméstica e Familiar e Reforço de Mecanismos de proteção da vida às Vitimas de Violência Doméstica, Lei 3/2003. Relativamente à igualdade e não discriminação na legislação e acesso a família

constatam-se algumas melhorias, nos últimos anos. A adopção do novo Estatuto da Função Publica Lei nº 02/2018, que no seu artigo 242 prevê um acréscimo no período de licença maternidade de 98 dias consecutivos.

Assim, a adopção do novo código de Família Lei nº 198/2018 que no seu artigo 22 refere sobre Impedimentos de Dirimentos Relativos au casamento, revogando o artigo que permitia casamento de menores de 18 anos, sendo raparigas aos 14 anos e rapaz aos 16 anos mediante a autorização dos pais.

O casamento é definido como uma união voluntária entre um homem e uma mulher maiores de idade (lei da família, art. 2, 1997) e tanto o casamento religioso como o civil são reconhecidos pelo estado. Na prática, a maioria dos casais coabita em união informal. Para proteger os direitos das mulheres e dos homens nessas parcerias, o estado adotou a Lei 2/77 que legitima a prática tradicional da coabitação informal por meio de uma modalidade de união estável. Ao abrigo da Lei da Família, um casamento pode ser dissolvido por qualquer dos cônjuges por consentimento mútuo (art. 51, 1997). no que diz respeito aos filhos, a lei garante igualmente que as mulheres tenham os mesmos direitos e tutela com os filhos que os homens em caso de divórcio (art. 74/1990).

Em 2014, STP elaborou a I Estratégia nacional de Luta Contra a Violência baseada no Género (ENLCVBG) refletindo o propósito do Estado São-tomense de, até 2018, garantir os direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos e plena proteção em igualdade de condições entre homens e mulheres. Em 2017 o país adoptou a Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género (ENIEG) para melhorar a equidade de género no acesso aos serviços em geral; promover o empoderamento das mulheres nos vários sectores sociais e públicos; potenciar melhores resultados na saúde de homens e mulheres em igualdade de circunstâncias e promover a participação igual de mulheres e homens no desenvolvimento sustentado do país.

A II ENIEG fortaleceu cinco eixos prioritários de intervenção que visam a igualdade e o empoderamento da mulher: Eixo I: Promoção económica das mulheres no meio rural e urbano; Eixo II: Promoção da igualdade e equidade ao nível da educação; eixo III: Melhoria do estado de saúde sexual e reprodutiva de jovens adolescentes e das mulheres; Eixo IV: Reforço de aplicação e da participação das mulheres na tomada de decisão; Eixo

V: Reforço das capacidades de intervenção nos mecanismos institucionais. Ainda não foram mobilizados recursos para sua actualização.

3 Análise do setor de igualdade de género

3.1 Mulheres e o mercado de trabalho

Existem diferenças muito grandes na participação do trabalho entre homens e mulheres. As maiores diferenças de género estão na categoria “Doméstico/a” onde elas representam 94,4% e os homens somente 5,6%. Realça-se que muitas mulheres não têm um emprego remunerado, trabalham em casa, sendo consideradas como doméstica, o que faz com que estejam na categoria de inactivas.

Embora menos de 10% dos homens entre 25 e 59 anos não participem do mercado de trabalho, cerca de 40% das mulheres não participam porque a maioria fica em casa. Homens e mulheres parecem ter um ciclo de vida semelhante até os 25 anos de idade. Quando adolescentes, passam a maior parte da sua vida como estudante e fora da força de trabalho, e quando atingem a faixa de 25 a 29 anos, a proporção de pessoas estudando é quase zero. Os homens entram massivamente no mercado de trabalho, enquanto 40% das mulheres se tornam donas de casa. Este é um obstáculo a participação laboral das mulheres, mas as razões para isso não são claras. A pesquisa feita⁴ não faz distinção entre mulheres que não participam do mercado de trabalho devido à falta de ajuda adequada para criar seus filhos e aquelas que não têm permissão para trabalhar por razões culturais.

A pobreza afecta mais as mulheres (71,3%) que os homens (63,4%) e evidencia estar negativamente correlacionada com o nível de instrução e a situação de emprego. As mulheres representam a maioria no sector informal (71%), com grande ênfase na venda de produtos agrícolas, florestais, piscatórios e seus derivados. As mulheres que trabalham no sector informal são frequentemente chefes de família e dependentes deste

⁴ Inquérito aos orçamentos familiares 2017

comércio para sua sobrevivência e dos seus filhos. Estas mulheres constituem 41,2 por cento do total dos responsáveis de família contra 58,8 por cento de responsáveis do sexo masculino. No meio urbano o desemprego é mais elevado na população feminina (62,5%) do que na masculina (37,5%) o que acarreta informalidade no trabalho das mulheres. Globalmente, o sector do turismo oferece mais oportunidades às mulheres do que muitos outros sectores e pode proporcionar um ambiente propício para a sua mobilidade ascendente. O Plano Estratégico de Turismo de STP observa que as mulheres representam 53 por cento da força de trabalho do turismo de STP.

Os indicadores de inclusão financeira são relativamente baixos, particularmente entre as mulheres. O Inquérito de Inclusão Financeira de 2017 mostrou que apenas 39 por cento dos respondentes tinham uma conta bancária, com apenas 15 por cento das mulheres a relatar ter uma conta bancária.

3.2 Mulheres em áreas rurais

A agricultura é um dos motores da economia rural, sendo que contribui significativamente para combater a fome e a insegurança alimentar e reduzir a pobreza. 93 por cento de todas as exportações são grãos de cacau. Basicamente, a economia é liderada por um sector intensivo em mão-de-obra que contrata trabalhadores com baixa qualificação e um sector intensivo em capital que contrata trabalhadores qualificados. O acesso das mulheres à terra é igual à face da lei, mas provavelmente limitado pela tradição. Embora não haja discriminação estatutária entre mulheres e homens em termos de direitos à terra, pouca informação está disponível sobre as reais disparidades de género na propriedade e no acesso à terra. As reformas agrárias dos anos 90 redistribuíram a terra a mais de 10.000 famílias, das quais um terço, cerca de 75 por cento eram famílias rurais chefiadas por mulheres (Governo de STP, 2015). Embora 87 por cento das mulheres e homens ter acesso à terra, cerca de 75 por cento dos títulos são registados em nome de apenas um dos cônjuges, habitualmente o do homem. Melhorias no quadro legal podem fortalecer os direitos das mulheres à propriedade. Muitas mulheres desconhecem os seus direitos à terra ou não possuem os documentos necessários para os aplicar. Embora a legislação existente exija que os títulos de terra

incluam ambos os cônjuges, o cumprimento dos direitos das mulheres à propriedade continua a ser um desafio, especialmente em casos de uniões matrimoniais informais.

3.3 Mulheres e saúde

STP fez progressos consideráveis na promoção da igualdade de gênero na educação, mas não conseguiu traduzir esses ganhos em poder económico generalizado para as mulheres. Entre 1990 e 2012 a taxa média de fertilidade caiu de 5,8 para 3,6 nascimentos por mulher, o que foi acompanhado por um declínio igualmente acentuado na taxa de mortalidade infantil. No entanto, a taxa de fecundidade total está bem acima da média entre as mulheres rurais (5,2) e a taxa de fecundidade na adolescência está próxima da dos países comparáveis de baixo rendimento. São Tomé e Príncipe tem uma elevada taxa de fecundidade na adolescência: 93 nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos (em comparação, por exemplo, com 68 na África do Sul ou 61 no Sudão)⁵. Nos bairros mais pobres de Lobata, Lembá e Cantagalo, por exemplo, entre 13% e 15% das adolescentes já são casadas e já deram à luz. 44% das mulheres das famílias mais pobres são casadas antes dos 18 anos, em comparação com apenas 16% das mulheres das famílias mais ricas⁶.

Altas taxas de fertilidade na adolescência e fertilidade total entre as mulheres rurais, bem como normas sociais, deixam as mulheres com maior responsabilidade pelas tarefas domésticas. Isso impede que STP alavancasse a paridade de gênero na educação primária e secundária de forma a alcançar a ampla inclusão económica das mulheres.

3.4 Mulheres e educação

Os dados do RGPH (2012) referem que, ao nível da educação, a taxa de analfabetismo na população feminina é de cerca 15% e a masculina de 4,1%. No entanto, importa realçar que a proporção de mulheres que nunca frequentou um estabelecimento de ensino diminuiu entre os dois últimos recenseamentos de 34% em 2001 para 19,4% em 2012.

⁵ WorldBank 2019

⁶ INE 2012

A taxa líquida de escolarização nos três níveis de escolaridade (pré-escolar, primário e secundário) mostra um aumento contínuo de 2000 a 2015⁷. Apesar dos progressos, em 2014, apenas uma em cada três crianças em idade pré-escolar e duas em cada três crianças em idade de integrar o ciclo secundário frequentavam estes níveis. A paridade de gênero reduz-se na idade de 16 a 17 anos, principalmente devido às limitações da oferta formativa pública que obriga os estudantes a se deslocarem longe da sua família. Este contexto afeta mais negativamente as raparigas, bem como as gravidezes precoces no Príncipe. As raparigas grávidas e as jovens mães abandonaram a sua escolaridade em 87,5% dos casos⁸, consequência da discriminação à que devem fazer face. Desde 2006, o regulamento disciplinar para o 2º ciclo do ensino básico, secundário e profissional (art. 36º) proíbe a presença, de dia, das raparigas grávidas de mais de três meses.

A disparidade de gênero na educação diminuiu, mas as mulheres ainda são mais propensas a abandonar a escola secundária, em parte devido à gravidez na adolescência. O índice de paridade de gênero é de 97 por cento no nível primário e 106 por cento no nível secundário. No entanto, o censo populacional de 2012 mostrou que as meninas estão cada vez mais propensas a abandonar o ensino na passagem do 1º para o 2º ciclo do ensino secundário e apenas 35 por cento dos estudantes do 2º ciclo do ensino secundário são de sexo feminino.

A maternidade precoce é um obstáculo fundamental para o sucesso educacional das meninas, exacerbado por normas sociais que valorizam menos a sua educação e lhes atribuem maior parcela das responsabilidades domésticas. Apesar de as meninas grávidas poderem continuar a frequentar a escola através de aulas noturnas especiais⁹, a pouca disponibilidade de tais aulas pode dificultar a capacidade de mães jovens gerirem em simultâneo a sua escolaridade e as suas responsabilidades parentais¹⁰

Em março 2020, o governo revogou uma Lei Disciplinar que proibia meninas grávidas no terceiro mês de gravidez de frequentar as aulas ou atividades escolares. A remoção desta

⁷ Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe, Unicef, 2016

⁸ INE 2012

⁹ United States Department of State, 2017 Country HR Report for STP

¹⁰ UNICEF, 2016

lei é um passo importante na direção certa e para investir nas meninas e na igualdade de gênero no país. Elevadas taxas de procriação precoce também podem contribuir para a grande proporção de famílias monoparentais do país, com consequências adversas para o desenvolvimento infantil. Em STP, 60 por cento das chefes de famílias do sexo feminino lideram famílias monoparentais.

3.5 Mulheres e política

STP é uma democracia, mas as mulheres estão sub-representadas nos papéis de tomada de decisão. As mulheres são-tomenses, em geral, participam menos do que os homens na sociedade. São os preconceitos que define que a política é para homens e que as mulheres não são boas líderes. Os cuidados e serviços domésticos são considerados tarefas femininas, o que diminui o tempo disponível para que as mulheres participem nas instituições políticas formais.

Embora as mulheres tenham ocupado muitos cargos governamentais de alto nível, incluindo primeiro-ministro e presidente do parlamento, permanecem sub-representadas nos papéis públicos de tomada de decisão. De acordo com a cota legal, 30 por cento dos assentos parlamentares devem ser ocupados por mulheres, mas na última eleição a participação das mulheres caiu de facto de 18 para 13 por cento. As profundas disparidades de género também são evidentes no poder executivo, onde apenas três dos 12 ministros do governo são mulheres, e especialmente nos governos locais, onde representam apenas 9 por cento dos vereadores locais. Na formação das listas dos partidos políticos há uma clara predominância dos homens a ocuparem os primeiros lugares destas listas em relação às mulheres que são relegadas para o segundo plano. O partido MLSTP-PSD (movimento de libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata) é aquele com o maior número (5) seguido pelo ADI (Acção Democrática Independente) com 4 e o Movimento de Caué com apenas 1 mulher.

Tal como se observa no relatório do RGP 2012, as mulheres estão pouco representadas em profissões ligadas à tomada de decisão, e constituem 31 por cento dos “Técnicos Intermédios”. No XVII Governo Constitucional (2019) dos 12 ministérios e 2 secretarias de estado criados, apenas 4 ministérios são liderados por mulheres

No Tribunal Constitucional, dos 5 juízes que fazem parte da direcção, 2 são mulheres e ocupa postos de vice-presidente e juíza conselheira. A Magistratura é uma profissão que apenas recentemente abriu as portas às mulheres, o seu exercício estava-lhes vedado.

3.6 Violência de género e Violência doméstica

A falta de poder económico das mulheres é reflectida na falta de poder dentro das famílias, como evidenciado pelas altas taxas de violência de género e pela participação limitada das mulheres na tomada de decisão das famílias.

A violência contra as mulheres continua sendo um dos maiores desafios do país para a promoção da igualdade de género. A prevenção e combate a VBG constitui uma das prioridades do Governos. Em 2005 STP elaborou e dotou a sua primeira Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género (I ENIEG) 2007-2012, que foi revista em 2012 dando lugar a II ENIEG para 2013-2017.

O reforço do compromisso do país foi igualmente expresso com a ratificação, em 2009, do Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na Africa.

Com a implementação da I ENIEG, o Eixo Estratégico nº4 dedicado a Violência Baseada no Género, tendo como objetivo eliminar todas as formas de violência de género nas esferas publica e privada, destacando a violência doméstica, violência sexual, tráfico de pessoas e homicídio, registaram-se progressos destacando-se a aprovação da Lei nº 11/2008 que torna esta pratica em crime publico na esfera domestica.

Com a adoção, em 2015, pelo país dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais alinham-se com a Agenda de Transformação no Horizonte 2030, foram definidos objetivos e metas dirigidos à prevenção da violência doméstica como promoção da coesão nacional e social.

No mesmo sentido, o Programa do Governo 2018-2022 assinala a importância da igualdade de género e o combate à violência doméstica através de ações de modernização da justiça.

Para o efeito, na orgânica dos Ministérios do XVII Governo Constitucional, a entidade de operacionalização da politica do governo de combate à VBG é o CACVD¹¹.

¹¹ Orgânica dos Ministérios do XVII Governo Constitucional (2019), Decreto-lei nº05/2019

Apesar da adopção da I ENLCVBG, não existem dados estatísticos actuais e com um grau de especificidade sobre os números da VBG que permita caracterizar o contexto da VBG no país. Durante o período de implementação da Estratégia foram desenvolvidos esforços no sentido de estabelecer uma base de dados comum (sistema integrado) de recolha de dados com a Policia Nacional, o CACVD, o Ministério Publico, a Cadeia Central, a policia judiciaria e a Direcção de Registo Civil e Criminal, cujo processo de produção de dados estatístico precisa ser melhorado.¹²

A violência doméstica é definido¹³ como o abuso de um membro da família em relação a outro ou outros membros; é relativamente comum em STP apesar das proteções legais: é considerada crime ao abrigo da Lei n.º 11/2008 de 29 de outubro (Lei sobre a violência doméstica), e da Lei de Fortalecimento dos Mecanismos de Protecção Legal para Vítimas de Violência Doméstica (12/2008). A Lei considera a violência doméstica qualquer acção ou omissão decorrente no seio familiar ou doméstico que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral, patrimonial ou privação de liberdade. Esta última acontece nas seguintes situações: no âmbito da unidade doméstica; no âmbito da família e; em qualquer relação íntima de afecto (art. 5.º da A Lei 11/2008).

Os dados mais recentes do inquérito domiciliar mostram que 20 por cento das mulheres acham que a violência doméstica é aceitável, enquanto que mais de um quarto das mulheres relataram violência sexual e/ou física nos 12 meses anteriores ao inquérito. A violência doméstica afeta hoje mais numa primeira linha as crianças, que muitas vezes são alvo direto da violência física e sofrem muito mais a violência psicológica. Em segunda linha temos a violência mais comum que é exercida pelos maridos sobre as mulheres. Existe um domínio masculino no que refere a violência no cotexto familiar e doméstico, mas existe também uma banalização da violência domestica: convém ainda frisar que socialmente, em alguns casos, para o contexto de STP existe como que uma aprovação da violência entre o marido e a mulher. Esta aceitação cultural muitas vezes é expressa no dito como: *“A mulher quanto mais apanha, mais comportada fica”*.

¹² INPG (2019) Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Acção de Beijing +25

¹³ Anthony Giddens (2002) Sociologia, 2.ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Unões de facto tradicionais precoces constituem uma manifestação da VBG. O Relatório de Análise da Situação das Crianças e Mulheres em STP¹⁴ revelou que uma sobre 3 raparigas com 15 à 19 anos mais pobre vive em união ou é casada contra cerca de 1 rapaz sobre 50, sendo que 62.5% das gravidezes precoces referem-se a raparigas casadas ou em união.

Os dados estatísticos também apresentam casos particulares de trabalho infantil em tarefas domésticas com maior incidência sobre as crianças dos 5 aos 17 anos em que se registam diferenças com base no género. O fenómeno da *Mina Kiá*, que é uma prática socialmente aceite, leva a que jovens raparigas são trazidas de famílias mais pobres para trabalhar gratuitamente como empregadas. O indicador do MICS sobre o trabalho infantil revela que a percentagem de raparigas envolvidas em tarefas domésticas é de 78.3%. esta situação é mais grave quando, em 18,5% dos casos as vítimas de violência sexual são raparigas.

Em 2007 com o propósito de assegurar a promoção e a execução da política governamental em matéria da promoção e da igualdade de género em STP, foi criado o INPG, através do Decreto lei nº18/2007. O INPG está vocacionado para formular políticas, estratégias e programas de desenvolvimento a nível nacional e sectorial e assegurar a coordenação, seguimento e avaliação da execução da ENIEG.

¹⁴ UNICEF, 2015

Bibliografia

INPG (2012) *II Estratégia Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género*

UNICEF (2015) *Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe*

UNICEF (2017) *Análise das intervenções na área da Luta Contra a Violência Doméstica e de Género em São Tomé e Príncipe nos últimos 10 anos.*

OECD/Gender Index *Sao Tomé and Principe* (2019)

MICS STP (2019) *Inquérito aos indicadores múltiplos*

Republica Democrática de São Tomé e Príncipe (2019) *Relatório nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Acção de Beijing +25*

Centro de Aconselhamento contra Violência Doméstica (2020) *Estudo de Base Participativo Sobre a Violência Doméstica.*

Centro de Aconselhamento contra Violência Doméstica (2020) *Avaliação da Implementação e Actualização da Estratégia Nacional de Luta Contra a Violência baseada no Género*

Instituto Nacional de Estatística, STP (2020) *Perfil da Pobreza com base no Inquérito de Orçamento familiar de 2017*

ACEP (2020) *Mulheres e Participação em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe*

ADM Estrela (2016) *Estudo Diagnostico sobre Violência Baseada no Género em São Tomé e Príncipe*